

GRADE DE RESPOSTAS DA PROVA ESCRITA

QUESTÃO 01

ITEM “A”: O trabalho escravo contemporâneo possui características que o diferenciam da escravidão que existiu em momentos passados na história do Brasil e da humanidade. Embora persista a lógica de apropriação do homem pelo homem com o fim de explorar sua força de trabalho, esta já não se baseia na existência de um direito de propriedade de um indivíduo sobre o outro, mas pela adoção de mecanismos que promovem a alienação da autonomia da vontade individual das vítimas/trabalhadores. Para além da questão da liberdade de locomoção a escravidão contemporânea atenta contra a dignidade do trabalhador, na medida em que o instrumentaliza, o tratando como coisa e não como pessoa – como um fim em si mesmo, de acordo com a perspectiva Kantiana. O trabalho análogo ao de escravo conforme previsto no artigo 149 do Código Penal pode ser identificado pelos seguintes modos típicos de execução: submissão a trabalhos forçados, jornadas exaustivas, condições degradantes e privação da liberdade em razão de dívida contraída, além das figuras equiparadas previstas no §1º do art. 149. Em todas essas situações o direito ao trabalho digno é negado ao trabalhador. (0,75)

Figueira *et al* retratam em seu texto: Discussões e mudanças a respeito de escravidão e apontamentos sobre escravidão na Amazônia brasileira, que os últimos anos foram marcados por avanços no enfrentamento do trabalho escravo contemporâneo no Brasil, no entanto, o Estado brasileiro não tem sido capaz de atacar a raiz do problema que gira em torno da vulnerabilidade das vítimas. Este aspecto da vulnerabilidade também é destacado no texto da Comissão Pastoral da Terra, intitulado: Por debaixo da floresta, Amazônia paraense saqueada com trabalho escravo, visto que é justamente este o fator apontado como facilitador para que os assentados da reforma agrária sejam utilizados por madeireiras para extrair madeiras selecionadas de áreas protegidas e comercializá-las com aparência de legalidade. Enfrentando essa questão da vulnerabilidade, ambos os textos apontam para a necessidade de uma adequada implementação de políticas públicas, como meio de enfrentar o trabalho escravo contemporâneo. Apesar dos estudos apontarem nesse sentido, o que tem se observado nos últimos anos é a gradual redução dos aparatos normativos de repressão ao problema e de proteção ao trabalhador, bem como o enfraquecimento de políticas públicas de prevenção ao problema em questão. (0,75)

ITEM “B”: Uma conceituação constitucionalmente adequada de meio ambiente aponta-o como a resultante da interação sistêmica de fatores naturais, artificiais, culturais e laborais que influencia as condições de vida, em todas as suas formas (0,75). A relação entre trabalho análogo à escravidão e meio ambiente é direta, seja pela

evidência de aspectos gestálticos e sistêmicos (por exemplo, a íntima e corriqueira conexão fenomênica havida entre desmatamento florestal [meio ambiente natural], precariedade predial/sanitária [meio ambiente artificial], chaga escravocrata [meio ambiente cultural] e exploração de mão-de-obra “escrava” [meio ambiente laboral]), seja pela ênfase à sua zona de intersecção mais evidente: o meio ambiente do trabalho – dimensão jusambiental cujo equilíbrio também é seriamente afetado pelo fenômeno da escravidão (0,75).

ITEM “C”: Há uma LIP na erradicação do trabalho análogo ao de escravo? (0,75) Litigância de interesse público ou processo de interesse público é processo coletivo estrutural. O trabalho análogo ao de escravo é um caso de processo complexo, conflituoso e de interesse público que desafia um conjunto de medidas estruturantes. Afeta para além das partes envolvidas no litígio; controle de uma política pública (tema 220 STF); porque afeta relações jurídicas. O trabalho análogo ao de escravo é processo coletivo, logo, além dos interesses meramente individuais, pois se refere à preservação da harmonia e à realização dos objetivos constitucionais da sociedade e da comunidade (trabalho digno, decente), demonstrando sua causalidade estrutural e devendo beneficiar pessoas e grupos, ainda que não envolvidas no conflito. Litígio de difusão irradiada que exige processo coletivo estrutural com medidas estruturantes.

O ativismo judicial, com base na CRFB e lei, é suficiente para medidas estruturantes em prol dessa política pública? (0,75) NÃO – ativismo ainda que não judicial, mas da lei e CRFB, mas não é suficiente – 1) gerenciamento e planejamento do caso (case management), com negócios processuais, calendarização do processo, protocolos institucionais, descentralização das atividades decisórias e criação de entidades de infraestrutura específica (claim resolution facilities); 2) definição dos fatos e das provas; deveres de disclosure e discovery; 3) espaço permanente de diálogo, cooperação; saneamento compartilhado; oralidade; autocomposição; atipicidade e flexibilização procedimental.

QUESTÃO 02

ITEM “A”: Em Hobbes, há um retorno a uma lei heterônoma, inspirada pelo medo do outro e cálculo de interesse, a promessa política engendra um estado securitário que termina por dotar o leviatã de poder absoluto (0,75). Em Arendt, ao contrário, o mesmo desejo de dominar a incerteza do futuro combina-se com a confiança no outro e com a vontade de agir de comum acordo (0,75).

ITEM “B”: Dissertação sobre o conceito de instrumentos jurídicos e econômicos de acordo com o texto da Derani e Schaper – (0,25). O candidato deve discorrer sobre as classificações usadas pelas autoras no texto Derani e Schaper, contextualizando-as. Se o candidato apresentou as duas espécies de normas ambientais em razão do meio adotado para atingir sua finalidade: normas de comando e controle e instrumentos jurídico-econômicos – (0,25). O candidato deve discorrer as classificações usadas pelas autoras no texto Derani e Schaper, contextualizando-as. Se o candidato apresentou as três espécies por Driesen: instrumentos baseados em preço, direitos ambientais

comercializáveis e instrumentos de política informacional. (0,25) Se o candidato explicou como a PNUMA apresenta os instrumentos jurídicos econômicos e citou aqueles usados no texto (concessão florestal, seguro e servidão florestal) – (0,25) Relacionar ambos os textos em suas principais idéias. Logo, deve relacionar a “questão ambiental” como exigência de mundialização do problema e a PNUMA enquanto solução doméstica, considerando o “Estado sustentável” – (0,50)

QUESTÃO 03.

Filosoficamente, nosso ponto de partida é reconhecer que os seres humanos e a sociedade humana evoluíram do mundo natural mais amplo e continuam a fazer parte dele: na vida real eles são inseparáveis e, como tal, a consciência da interação entre eles deve formar a base de uma abordagem ecocriminológica. A atividade humana afeta o meio ambiente e pode resultar em danos ambientais. Os danos ambientais, por sua vez, podem afetar os seres humanos, individualmente ou em grupos; da mesma forma, pode se tornar um dano social. Do ponto de vista criminológico, a atividade que leva à geração de danos ambientais (e consequentes danos sociais) pode ser rotulada como crime em si mesma, e os danos ambientais (e consequentes danos sociais) podem causar, exacerbar ou de alguma forma contribuir para o crime, criminalidade e criminalização. (0,70 pontos)

Do ponto de vista teórico, isto significa reconhecer que é possível que a atividade humana que afeta o meio ambiente perturba os ecossistemas, e os sistemas sociais ligados a eles. A teoria da complexidade nos diz que mesmo pequenas alterações de partes de um sistema podem causar mudanças significativas e muitas vezes inesperadas em outras partes do sistema ou no sistema como um todo. É provável que mudanças significativas nos ecossistemas não apenas prejudiquem os componentes (naturais) desse sistema, mas também alterem (isto é, prejudiquem) os sistemas sociais que os sobrepõem (portanto, danos ambientais causam ou se tornam dano social). (0,70 pontos)

Do ponto de vista metodológico, devemos reconhecer que uma ecocriminologia baseia-se tanto nas ciências "naturais" como nas "sociais" e, portanto, terá de usar ambos os métodos. As ciências naturais - biologia, química e ecologia em particular - podem dar uma ideia dos impactos que a atividade humana tem ou pode ter no mundo natural (e nos seres humanos que são parte dela), ajudar a identificar quais atividades podem ser consideradas prejudiciais e por que (e, portanto, potencialmente criminosas), e medirá a extensão de tais danos. Métodos de ecologia e epidemiologia, especialmente os métodos informáticos da teoria da complexidade, serão necessários para compreender o impacto do dano, e sua dispersão entre ecossistemas e sistemas sociais. Os métodos estabelecidos nas ciências sociais também serão necessários: métodos quantitativos para rastrear a extensão dos danos ambientais e consequentes danos sociais e explorar as relações entre eles e as variáveis socioeconômicas e demográficas; métodos qualitativos para compreender a natureza e significado do comportamento humano relacionado a danos ambientais - aquelas atividades que estão envolvidas na provocação do dano, e aquelas experiências de vitimização ambiental. (0.70 pontos)

Desempenho do candidato ao redigir com clareza a resposta, articulando ideias de forma coerente e expondo o conteúdo do texto com fidelidade e objetividade. (0,40 pontos)

Belém, Pa - 28 de novembro de 2019

Profa. Dra. Valena Jacob Mesquita

**Presidente da Comissão de Prova do Processo Seletivo de Mestrado e Doutorado
de 2019**